

COMITÊ TERRITORIAL BAIANO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL INTEGRADA: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL

IAMARA JUNQUEIRA SOUSA CARVALHO

Universidade de Estado da Bahia/ UNEB- CAMPUS VI

MARINALVA NUNES FERNANDES

Universidade de Estado da Bahia/ UNEB- CAMPUS VI

MARTA JUVÊNIA NAVARRO CAMELO

Universidade de Estado da Bahia/ UNEB- CAMPUS VI

ROSEMÁRIA JOAZEIRO PINTO DE SOUSA

Universidade de Estado da Bahia/ UNEB- CAMPUS VI

Resumo

No panorama educacional baiano, o Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada visa fomentar a articulação das políticas públicas educacionais, promovendo momentos formativos, de caráter consultivo, propositivo, no acompanhamento da política pública da Educação Integral. Este artigo explora o conceito e a importância do Comitê, especialmente no contexto do Território de Identidade do Sertão Produtivo. Por meio da pesquisa qualitativa, utilizando de análise bibliográfica, documentos oficiais e da vivência das pesquisadoras, permitindo análise da importância, contribuições e atuação do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada no território baiano.

961

Palavras-chave: Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada. Território de Identidade Sertão Produtivo. Educação Integral.

Abstract

In the Bahian educational panorama, the Bahian Territorial Committee for Integrated Integral Education aims to encourage the articulation of public educational policies, promoting formative moments, of a consultative and purposeful nature, in monitoring the public policy of Integral Education. This article explores the concept and importance of the Committee, especially in the context of the Productive Sertão Identity Territory. Through qualitative research, using bibliographical analysis, official documents and the researchers' experience, allowing analysis of the importance, contributions and performance of the Bahian Territorial Committee for Integrated Comprehensive Education in the Bahian territory.

Keywords: Until the Bahian Territorial Committee for Integrated; Comprehensive Education Sertão Productivo Identity Territory; Integral Education.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO COMITÊ TERRITORIAL BAIANO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL INTEGRADA

A temática da Educação Integral como política pública da educação tornou-se recorrente e fundamental no cenário brasileiro, embora, ao longo dos anos não se consolidou diante de fragmentações e/ou rupturas nos processos efetivados, pois tais ações estão ancoradas em diferentes concepções, sob a influência de princípios políticos divergentes. Há de se compreender a pauta da educação integral como uma política de enfrentamento aos problemas, das desigualdades existentes na sociedade, tendo a escola como um espaço educacional e de proteção social de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo, pela oferta de uma educação com qualidade sociocultural.

No ano de 2007, o Governo Federal pela Portaria Normativa Interministerial nº 17 instituiu o Programa Mais Educação (PME), em que se visava o fomento à educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio as atividades socioeducativas, propondo a melhoria da aprendizagem nas escolas de ensino público com o tempo ampliado, na garantia do acesso, permanência e aprendizados dos estudantes.

Devemos ressaltar, que o Programa Mais Educação – PME, como uma estratégia indutora da política pública de educação integral abarca em sua fundamentação outras vivências no país, como estabelecido no Art. 2º, VI, do Decreto nº 7.083/2010: “a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade”. A proposição legal tem respaldo na experiência de Anísio Teixeira que traz a primeira política de Educação Integral no Brasil, ao inaugurar em 1950 em Salvador/BA, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Posteriormente, outras propostas foram implementadas a partir dessa referência, a exemplo da criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), no Rio de Janeiro, em 1983, por Darcy Ribeiro e, dos Centros Educacionais Unificados (CEUS). Este último, traz a intersetorialidade, potencializada pelo PME, entre outras inspirações.

Dentre os princípios regulamentados pelo Decreto nº 7.083/2010, o Programa Mais Educação afirma que além da ampliação do tempo escolar, é necessário articular os componentes curriculares aos campos de conhecimento e práticas socioculturais, de modo dialógico, entre os saberes escolarizados e populares; constituir territórios educativos e promover a intersetorialidade.

Afim de constituir espaços democráticos e promover a interlocução local e regional para uma gestão participativa, visando assegurar planejamento, orientação, execução e um processo avaliativo contínuo, o Ministério da Educação (MEC) incentivou e regulamentou a criação de

Comitês de Educação Integral, cujo papel consistia na gestão do Programa Mais Educação. Como mencionam Duarte *et al.* (2023, p. 174):

E com o objetivo de acompanhar o PME nos diversos municípios do Brasil, o MEC lança a Nota Técnica N° 387/2015 normatizando os Comitês como um espaço coletivo e democrático para a discussão das políticas de Educação Integral. Seriam também espaços parceiros da Diretoria de Currículo e Educação Integral/SEB/MEC. No ano seguinte, foi editada a Portaria N°12/2016, trazendo a definição da finalidade dos Comitês Territoriais de Educação Integral e reconhecia aqueles que já haviam sido constituídos nos estados com suas atribuições e constituições.

Desse modo, Duarte *et al.* (2023) afirmam que os Comitês de Educação Integral se embasaram nas ações desenvolvidas pelo Programa Escola Aberta (PEA)¹, e seguia as orientações do Manual Operacional de Educação Integral.

Destarte, é necessário o entendimento que em geral um comitê é constituído por membros especializados em uma determinada área ou assunto, os quais se reúnem para discutir, deliberar e tomar decisões a respeito de temas específicos. O comitê pode ser formado por representantes de diferentes organizações, instituições ou setores da sociedade. Assim, os comitês são criados com o propósito de coordenar ações, formular políticas, propor soluções ou realizar investigações sobre determinados assuntos.

É relevante abordar o papel do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada (CTBEII), é essencial definir a concepção da educação integral, com vista à formação dos sujeitos de direito, com tempo ampliado e qualificado, numa perspectiva da qualidade educacional, igualitária, em que se contempla a omnilateralidade, que para Frigotto e Ciavatta (2012, p. 265):

[...] é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida

¹ O Programa Escola Aberta (PEA) surgiu em 15 de outubro de 2004 e tinha como objetivo transformar as escolas públicas nos finais de semana em espaços “alternativos” para a sociabilidade, a realização de atividades culturais, esportivas e de formação profissional para adolescentes e jovens. Ele foi programado para ter a duração de 40 meses e foi criado, inicialmente, para atender jovens e familiares das regiões metropolitanas em Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo. Depois se estendeu para a Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima. (BRASIL, MEC, 2010)

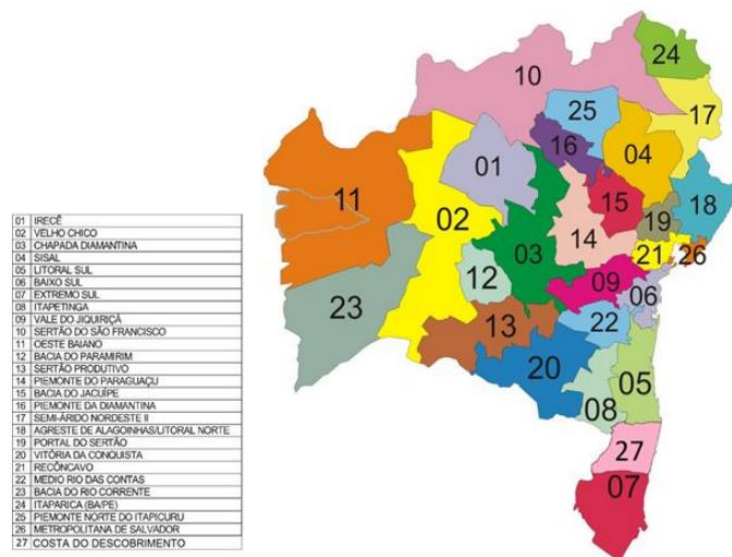
corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Os autores abordam a plena formação humana, no entanto, para que o processo educacional aconteça nesta perspectiva, deve-se considerar as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, seja cognitiva, emocional, social, física, ética, cultural, entre outras, dentro das condições específicas objetivas e subjetivas, em seu contexto sociocultural e histórico para que haja a emancipação dos sujeitos.

1.2. Território de Identidade Sertão Produtivo: Características e Desafios Educacionais

O Território de Identidade Sertão Produtivo é um termo que “surge da mobilização de coletivos sociais, vinculados a discussões sobre a reforma agrária e a agricultura familiar” (Coelho, 2022, p.13). Contudo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário posteriormente, designa oficialmente como Território de Identidade. Na Bahia, o Programa foi instituído pelo Governo do Estado em 2007, e o estado foi organizado em 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade.

Mapa 01: Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: Secretaria do Planejamento – Diretoria de Planejamento Territorial (2024)

Analisando o mapa 01, observa-se o Território de Identidade Sertão Produtivo em que se considera Caetité como sede territorial, inserido com mais 19 municípios: Brumado, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo e Urandi.

2. IMPORTÂNCIA DO COMITÊ TERRITORIAL BAIANO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL INTEGRADA PARA O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO

O Território de Identidade Sertão Produtivo apresenta peculiaridades socioeconômicas e culturais que demandam atenção específica na área educacional. A escassez de recursos, a dispersão geográfica e as desigualdades sociais são alguns dos desafios enfrentados nesse território. Entretanto, a ideia de território extrapola os limites geográficos como cita Milton Santos (1999, p. 8), “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Nesta percepção, o autor afirma a relação entre os espaços físicos e de identidades dos sujeitos, ressalta-se que ao ser atravessado pelo sentimento de pertencimento, de valorização da sua cultura, de apropriação dos saberes diversos têm a condição de transformar a realidade social em que está inserido.

Para o Território de Identidade Sertão Produtivo, o Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada teve durante o PME o papel fundante na interlocução entre as secretarias de educação o Ministério da Educação. O “(...) objetivo desse Comitê foi o de auxiliar nos aspectos de normatização, de assessoramento na execução financeira, e prestar todo o suporte necessário devido à complexidade do Programa” (Duarte *et al.* 2023, p. 174).

2.1. Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada: entre práticas e ações estratégicas

O CTBEII sempre foi atuante dentro e fora do Estado da Bahia articulando e fortalecendo a política indutora de educação integral e para tal contou com uma forte equipe mobilizadora, participativa, inclusive em articulação com outros estados da federação.

Colaboradores como a professora Jaqueline Moll, Secretária da Educação Básica do MEC e a coordenadora do CTBEII, Claudia Cristina Pinto Santos, Durval Machado dos Santos e muitos

outros, entre veteranos e novatos, que não daremos conta de listar nominalmente aqui, conseguiram articular e envolver diversos representantes municipais, estaduais e nacionais em eventos e atividades realizadas desde o ano de 2011 dentro e fora do estado da Bahia. Outro dado relevante tem sido a livre adesão dos municípios ao comitê, principalmente nos anos de 2011 a 2016, período do Programa Mais Educação. São equipes municipais e até mesmo pessoas sem vínculo empregatício que fazem todo esforço possível para fortalecer a educação integral porque acreditam no quanto ela representa para a formação plena do sujeito da escola pública.

O caráter itinerante das atividades do comitê, exige muitas vezes financiamento próprio e um esforço individual das equipes envolvidas.

Sobre os participantes, registramos muitos secretários municipais de Educação, ex-secretários, gerentes, coordenadores pedagógicos, gestores, equipe técnica de secretárias e professores, já os participantes dos eventos formativos além dos já citados, registramos aqueles que estão mais próximos dos estudantes sendo as equipes escolares e executoras dos programas nas escolas.

Na Bahia foram realizados encontros formativos regionais, estaduais e nacionais, que contemplaram os diversos territórios de identidade como veremos na tabela abaixo:

Quadro 01: Algumas Atividades Desenvolvidas pelo Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada

MÊS/ANO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
Dezembro/2011	I Reunião	Salvador	Metropolitana de Salvador
Março/2012	II Reunião	Camaçari	Metropolitana de Salvador
Maió/2012	III Reunião	Mata de São João	Litoral Norte
Julho/2012	IV Reunião Ampliada	Feira de Santana	Portal do Sertão
Setembro/2012	V Reunião Ampliada	Juazeiro	Sertão do São Francisco
Novembro/2012	I Seminário	Santo Amaro	Recôncavo Baiano
Fevereiro/2013	VI Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Abril/2013	VII Reunião Ampliada	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
Junho/2013	VIII Reunião Ampliada	Candeias	Metropolitana de Salvador
Julho/2013	II Seminário	Caetité	Sertão Produtivo
Setembro/2013	IX Reunião Ampliada	Itapetinga	Vitória da Conquista
Novembro/2013	X Reunião Ampliada	Guanambi	Sertão Produtivo
Março/2014	XI Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Setembro/2015	XVIII Encontro	Porto Seguro	Extremo Sul
Março/2016	XIX Encontro	Salvador	Metropolitana de Salvador
Julho/2016	XX Encontro	Iaçu	Piemonte do Paraguaçu
Novembro/2016	Seminário	Salvador	Metropolitana de Salvador
Abril/2017	XXI Encontro	Salvador	Metropolitana de Salvador
Julho/2017	XXIII Encontro	Malhada de Pedras	Sertão Produtivo
Outubro/2017	XXIV Encontro	Entre Rios	Agreste de Alagoinhas

Junho/ 2018 -	Congresso Baiano de Educação Integral	Salvador	Metropolitana de Salvador
Dezembro/ 2019	Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Maio/ 2022	Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Agosto/ 2022	Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Novembro/2022	Reunião Ampliada	Salvador	Metropolitana de Salvador
Maio/ 2023	XXX Encontro	Caetité	Sertão Produtivo
Setembro/2023	II Seminário Nacional da Educação Integral	Salvador	Metropolitana de Salvador
Outubro/ 2023	XXXI Encontro	Santo Estevão	Portal do Sertão

Fonte: Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada (2024)

Fazendo uma análise do quadro, apontamos que a maior parte das atividades foram realizadas na capital baiana. Isso se deve a dimensão territorial do Estado da Bahia que dificulta o acesso aos diversos recantos do estado, ficando mais acessível o deslocamento para Salvador. Os municípios se prontificam a sediar o evento com oferta da logística local para o evento: local, lanches, materiais, etc e, os demais participantes assumem todas as despesas das suas equipes: transporte, alimentação, hospedagem, etc.

Ilustração 01: Encontros do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada



Fonte: Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada (2024)

Outro destaque a ser feito é sobre a participação do município de Caetité/BA, situado no Território de Identidade do Sertão Produtivo. Mesmo distante da capital, a cidade ganha destaque por ser a cidade natal do educador Anísio Teixeira, patrono da educação pública² e defensor da educação integral, além de possuir uma logística capaz de receber muito bem os diversos participantes e equipe sempre acolhedora.

² Anísio Teixeira foi declarado como Patrono da Educação Baiana, no ano de 2022, pela Lei Estadual N.º 14.270

Ilustração 02: Oficinas Desenvolvidas no Município de Caetitê pelo PME



Fonte: Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada (2024)

As pautas para essas atividades são construídas coletivamente e envolve: estudos, leituras, palestras, mesas redondas, compartilhamento de experiências, vivências em *locus* e atividades culturais. Incluindo participações como Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte e ainda universidades (UNEB, UFBA, UNIVASF, UESB) entre outras como Secretaria Estadual de Educação (SEC), Instituto Anísio Teixeira (IAT), Fundação Anísio Teixeira, Casa Anísio Teixeira.

O quadro a seguir aponta outras participações desse comitê em atividades fora do estado da Bahia.

Quadro 02: Algumas Participações do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada

MÊS/ANO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
Setembro/ 2015	Ministério da Educação	Brasília/DF	-----
Novembro/ 2017	IV Fórum de Educação Integral de Pernambuco	Recife/PE	-----
Novembro/2022	Seminário Nacional de Educação Integral	Diadema/SP	-----

Fonte: Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada (2024)

Vale ressaltar, que não consta a identificação dos territórios de identidade dos estados, em consonância com o quadro 02, uma vez que tal classificação trata-se da divisão administrativa do Estado da Bahia, de acordo com os dados do SEPLAN/BA.

As atividades aqui citadas envolveram o Ministério da Educação e Comitês Territoriais dos estados de Pernambuco e do Observatório Nacional de Educação Integral, criado em fevereiro de 2021. Sendo observado que também aconteceu um Seminário Nacional, promovido pelo Observatório Nacional na cidade de Salvador.

Durante o ano de 2021, em plena pandemia da Covid-19, o Comitê ofertou um ciclo de formação com objetivo de estimular na compreensão do papel, dos princípios e fundamentos do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada a partir de sua concepção e trajetória. Para isso fomentou discutir os princípios e fundamentos que constituem o Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada; reconhecer o papel e importância do Comitê na/para a agenda da Educação Integral e defesa da educação pública de qualidade; identificar principais características do Comitê; contribuir para fortalecimento do Comitê enquanto movimento; analisar a trajetória, desafios, avanços, limitações e potencialidades do Comitê.

Ainda trazemos aqui a criação do Observatório Nacional de Educação Integral que visa fortalecer a política de educação integral com a participação ainda maior das universidades. Sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), fortalece o debate acadêmico sobre a temática articulando “(...) professoras e professores da Educação Básica e Superior, estudantes de graduação e pós-graduação, gestores/gestoras, bem como grupos de pesquisa, Universidades e organizações sociais comprometidos com a construção da agenda política e pedagógica da educação integral (...)”, como estabelecido pelo Observatório no site oficial dessa organização, que ainda complementa afirmando que este espaço dialógico constitui-se de “(...) fóruns de debates, socialização de pesquisas, estudos, reflexões, disseminação de dados, referências legais e informações sobre a educação integral no Brasil.” Articulação que favorece ampliar olhares para as pesquisas e produções de cunho acadêmico baseados em pressupostos de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Maria Nilde Mascelani, e outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa traz a possibilidade de retomar a constituição e a trajetória do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada, bem como seu papel fundante no processo de implantação da política pública de Educação Integral para a território baiano.

Tendo em vista os documentos analisados e as contraposições das vivências das autoras socializados, consegue-se compreender que durante o período de atuação do Programa Mais Educação, esta organização possibilitou que as ações nos municípios baianos pudessem ser desenvolvidas pautadas em processos formativos, com troca de experiências, de modo dialogado, ampliando as possibilidades de atuação das secretarias de educação, sobretudo na constituição e fortalecimento de redes de apoio.

Contudo, entraves aconteceram neste percurso, que permeiam por interesses ideológicos divergentes, comprometendo a estratégia indutora da política pública educacional em questão. A exemplo da ruptura do Programa Mais Educação (2008 a 2016) e a instituição do Programa Novo Mais Educação pela Portaria N.º 1.144/2016, abordando uma nova concepção de educação integral, com novas prioridades.

No entanto, o CTBEII manteve-se na articulação com municípios e entidades governamentais durante períodos de crise e, diante dos percalços têm criado estratégias de superação, sendo na atualidade referência no país.

REFERÊNCIA

BAHIA. Palácio do Governo do Estado da Bahia. **Lei N.º 14.270, de 22 de julho de 2020**. Declara o Educador Anísio Teixeira como Patrono da Educação Baiana. Diário Oficial do Estado. 23 de jul. de 2023.

Brasil. **Decreto n.º 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

BRASIL. **Portaria MEC N.º 1.144 de 10 de outubro de 2016**. Institui o Programa Novo Mais Educação.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial N.º 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, n.º 80, 26 de abril de 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE N.º 052, de 25 de outubro de 2004**. 2004 Dispõe sobre a criação do Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DUARTE, L. T.; CARVALHO, I. J. S.; SOUSA, R. J. P.. **Comitê Baiano de Educação Integral Integrada para o Desenvolvimento do Programa Mais Educação no Território do Sertão Produtivo**. 1ª ed. Jundiaí-SP: Edições Brasil/ Editora Fibra, 2023. p. 163-182.

FRIGOTTO; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.: Expressão Popular, 2017, v. 1, p. 107-132.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. ju 1999, p. 7-13, 1999.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLAN/BA. **A Política Territorial do Estado da Bahia: Histórico e Estratégias de Implementação**. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.



Iamara Junqueira Sousa Carvalho

Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB/ Campus VI). Professora na Rede Municipal de Educação de Caetité/BA. Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada e do Observatório Nacional de Educação Integral.

E-mail: iamarajunqueira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368755541131061>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6959-815X>



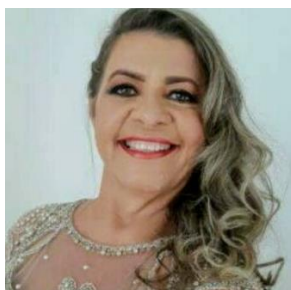
Marinalva Nunes Fernandes

Doutora em Educação pela PUC/GO. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS/UNEB, Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem – GPCSL/CNPQ.

Email: mnfernandes@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8203222900441641>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4878-7909>



Marta Juvênia Navarro Caramelo

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, do Departamento de Ciências Humanas, Campus VI da Universidade do Estado da Bahia. Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura das Infâncias – GEPCI/ Uneb Campus VI /CNPQ.

E-mail: marta.caramelo@outlook.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3077580722543243>

Orcid://orcid.org/0000-0002-4197-2995



Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa

Mestra em Educação - PPGed (UESB). Professora Assistente da UNEB- CAMPUS VI e CETEP/SEC/BA. Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada, associada a ABPN e ANPUH/BA.

E-mail: rjpinto@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4727945153868764>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1017-2813>